

19^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MEIA PONTE - CBH MEIA PONTE

1 Aos vinte seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte cinco, às 09h, na
2 FIEG - Casa da Indústria sala 7, 4º andar, sito Avenida Araguaia, número 1544, Setor
3 Vila Nova, Goiânia-Go, teve início a Décima Nona Reunião Ordinária do Comitê da
4 Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte - CBH Meia Ponte, com a participação dos
5 membros e convidados constantes nas listas de presença anexas. **Item 1. Abertura**
6 **da Sessão e Verificação de Quórum:** A Presidente, Sra. Elaine Lopes Noronha
7 Farinelli, saudou os presentes e convidou a todos para a execução dos hinos
8 nacional e do estado de Goiás, seguida da verificação do quórum pelo Sr. Phelipe
9 Cunha, da Secretaria Executiva. Comunicou as substituições de membros da
10 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD),
11 por meio do Ofício nº 27/2025, indicando os seguintes novos membros: Alan Mosele
12 Tonin (titular) e Carolina Mundim de Souza Marques dos Santos (suplente); João
13 Ricardo Raiser (titular) e Pedro Paulo de Godoi (suplente); Marcos Aurélio Gomes
14 Antunes (titular) e Diogo Lourenço Segatti (suplente). O município de Ituaçu, através
15 do ofício 017/2025 indicou o Sr. William Miguelino França. **Item 2. Aprovação das**
16 **atas 22ª Reunião Extraordinária e 18ª Reunião Ordinária do Comitê de Bacias**
17 **Hidrográficas do Rio Meia Ponte - CBH Meia Ponte.** A Sra. Camila Dantas Lúcio
18 Roncato - Vice-presidente ressaltou o envio prévio das minutas a todos os membros
19 e convidou-os a apresentar observações ou correções. A Secretaria Executiva
20 informou o recebimento de contribuições do Sr. Mário Guerino - Saneago para a ata
21 da 22ª Reunião Extraordinária. As contribuições consistiram exclusivamente em
22 correções ortográficas e de pontuação, sem alterar o conteúdo original. As atas da
23 22ª Reunião Extraordinária e da 18ª Reunião Ordinária foram colocadas em votação
24 e aprovadas por unanimidade. **Item 3. Item 3. Apreciação e deliberação sobre o**
25 **Plano de Aplicação Plurianual (PAP) dos recursos originários da cobrança pelo**
26 **uso de recursos hídricos de domínio estadual na Bacia Hidrográfica do Rio**
27 **Meia Ponte / Alan Mosele Tonin- GEPAC/SEMAD:** O Sr. Alan Tonin - SEMAD
28 iniciou a apresentação e destacou a seriedade da pauta, bem como a necessidade
29 de consenso do comitê sobre a destinação dos recursos da cobrança. Informou que
30 a proposta foi elaborada pela equipe da gerência e previamente distribuída para
31 análise. Explicou que o Plano de Aplicação (PAP) é um instrumento de planejamento

32 plurianual que orienta a aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso
33 de recursos hídricos na bacia. Salientou que o documento complementa o Plano de
34 Recursos Hídricos da Bacia do Rio Meia Ponte, com ênfase no planejamento
35 orçamentário e financeiro. Salientou que a proposta apresentada define um plano
36 com duração de três anos, visando a um horizonte de médio a longo prazo para a
37 execução de ações estratégicas. Ressaltou que o PAP é fundamental para garantir
38 a implementação eficiente das metas previstas no Plano da Bacia, como projetos de
39 recuperação de nascentes e modernização de sistemas hídricos. Mencionou que a
40 elaboração do PAP seguiu as diretrizes do Decreto Estadual 10.280/2023, que
41 regulamenta a cobrança pelo uso de recursos hídricos e atribui ao órgão gestor, no
42 artigo 14, a competência de submeter a proposta ao Comitê. Informou que o Comitê
43 da Bacia do Rio Meia Ponte foi o último a receber a apresentação, após discussões
44 em outras instâncias. Detalhou que o processo de construção do plano de aplicação
45 baseou-se na análise do grau de implementação das 50 ações previstas no Plano da
46 Bacia, com contribuições técnicas dos membros do Comitê. Enfatizou que o PAP não
47 apenas viabiliza a execução dessas ações, mas também assegura transparência e
48 alinhamento com as demandas locais. Exibiu a plataforma do Sistema de Informação
49 de Recursos Hídricos do Estado de Goiás SiRHGO, onde a avaliação está acessível
50 para consulta pública. Esclareceu que a construção do documento se baseou em
51 diretrizes adotadas por outras bacias e estados, no Decreto nº 10.280/2023 e no
52 manual técnico da Agência Nacional de Águas (ANA), com o propósito de alinhar o
53 plano às práticas de padronização em âmbito nacional. Apresentou a proposta de
54 destinação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia.
55 Definiu a seguinte distribuição: 10% para a contratação da entidade delegatária, 5%
56 para a manutenção do comitê e 1% para a secretaria executiva. Explicou que 84%
57 dos recursos foram destinados a três linhas prioritárias: monitoramento, conservação
58 e educação. Detalhou que a linha de monitoramento fortalecerá a coleta de dados
59 sobre a quantidade e qualidade da água, com o uso de tecnologias avançadas como
60 sensores remotos e sistemas de informação geográfica (SIG). A linha de
61 conservação abrangerá a recuperação de nascentes, a proteção de áreas de
62 preservação permanente (APPs) e a recomposição de matas ciliares, com o objetivo
63 de garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos e a preservação da
64 biodiversidade. A linha de educação promoverá a conscientização e o engajamento
65 da população na gestão dos recursos hídricos, com campanhas de mídia social,

66 oficinas de capacitação para agricultores e atividades educativas em escolas da
67 região. Pontuou que o ano de 2025 é prioritário para a consolidação de etapas
68 fundamentais, como a contratação da entidade executora e a adaptação institucional.
69 Acrescentou que, nessa fase inicial, a alocação de recursos para investimentos
70 diretos será mais moderada, e garante margem para ajustes e aprendizado coletivo.
71 A partir de 2026, com a operacionalização da entidade executora, previu um aumento
72 progressivo nos investimentos em projetos estruturantes. Esclareceu que a
73 distribuição dos recursos segue as finalidades do Manual Técnico da ANA: gestão
74 de recursos hídricos, agenda setorial, custeio operacional do comitê, entidade
75 executora e secretaria executiva. Exibiu a projeção da distribuição ao longo dos anos,
76 informando que a arrecadação de 2025 será parcial devido à redução do preço
77 público, com valor integral previsto a partir de 2026. Ressaltou o potencial de
78 arrecadação da bacia, entre as maiores do estado, com perspectivas otimistas para
79 os próximos anos. Apresentou a síntese da aplicação dos recursos, destacando que
80 os valores se referem exclusivamente à bacia do Rio Meia Ponte. Estimou o
81 crescimento da arrecadação devido à correção monetária e ao aumento da demanda.
82 Exibiu planilha com as ações distribuídas por finalidade, na gestão de recursos
83 hídricos, detalhou ações de monitoramento (aquisição e aprimoramento de estações
84 para análise de águas superficiais e subterrâneas), recuperação ambiental,
85 educação ambiental, comunicação e mobilização (campanhas, eventos e
86 capacitação). Na agenda setorial, priorizou o programa de controle e prevenção da
87 erosão e assoreamento dos rios, com ações para conservação da água e do solo,
88 como programas de produtores de água. As categorias de apoio ao comitê, entidade
89 executora e secretaria executiva abrangem organização de reuniões e eventos,
90 apoio à participação de membros, aquisição de materiais e contratação de equipe.
91 Finalizou a apresentação, colocou a equipe à disposição para esclarecimentos e
92 discussão sobre a proposta. Após a exposição, os debates concentraram-se na
93 distribuição de recursos, com ênfase na distinção entre investimento (ações de
94 impacto estratégico) e despesa (custos operacionais). Inicialmente, houve
95 entendimento de que 40% dos recursos seriam destinados à estrutura da agência,
96 mas a equipe técnica esclareceu que o percentual não estabelece relação linear com
97 os valores projetados. Como ponto central, definiu-se que, na gestão hídrica, itens
98 como diárias de membros do comitê integram a categoria de investimento, por
99 viabilizarem a governança e a tomada de decisões técnicas. Além disso, a alocação

100 efetiva dos recursos prevê 84% para investimentos em ações prioritárias (como
101 recuperação de nascentes e modernização de sistemas de monitoramento) e 16%
102 para custos operacionais. A manutenção da entidade gestora está limitada a até 10%
103 do total arrecadado, enquanto o apoio ao funcionamento do comitê configura rubrica
104 orçamentária independente. Ressaltou-se que os valores apresentados são
105 projeções preliminares, sujeitas a revisão conforme a arrecadação real. A proposta
106 assegura flexibilidade na execução, permitindo realocação de recursos durante o
107 ciclo, desde que justificada por alterações contextuais (ex.: crises hídricas, flutuações
108 econômicas ou mudanças regulatórias). O Sr. Marcos Francisco Cabral - Instituto
109 Altair Sales solicitou informações sobre o cronograma de implementação da
110 cobrança pelo uso da água e esclarecimentos sobre a definição institucional e as
111 atribuições da entidade delegatária. Questionou se a entidade estaria vinculada ao
112 comitê ou subordinada ao órgão gestor estadual, e como essa definição impactaria
113 a gestão dos recursos. Reforçou a necessidade de ajustar prazos e orçamentos do
114 comitê, alinhando-se às preocupações previamente levantadas pelo Sr. João Ricardo
115 Raiser. Em resposta, o Sr. Alan Tonin - SEMAD explicou que a emissão dos boletos,
116 inicialmente prevista para o primeiro trimestre, foi adiada devido à publicação tardia
117 do decreto regulamentador. Comunicou que a área técnica da SEMAD está
118 finalizando a proposta para o edital de chamamento público, que permitirá a
119 participação de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, semelhantes às
120 entidades delegatárias que já atuam em outras bacias hidrográficas do país.
121 Destacou que a previsão para emissão dos boletos é para o segundo semestre, sem
122 data específica e a divulgação será feita pelos canais oficiais. Esclareceu ainda que
123 o processo de seleção da entidade delegatária incluirá análise técnica de propostas,
124 celebração de contrato e que a mesma entidade poderá ser designada para outros
125 comitês, otimizando custos. Posteriormente, a discussão abordou a necessidade de
126 alinhar as definições de investimento e manutenção aos níveis de arrecadação. Os
127 participantes alertaram para o risco de desequilíbrio entre custos operacionais e
128 recursos disponíveis, já que os percentuais atuais não possuem embasamento em
129 dados históricos ou projeções consolidadas. Para mitigar esse risco, enfatizou-se a
130 inclusão de indicadores de desempenho no contrato, a vinculação da remuneração
131 da entidade gestora aos resultados alcançados e a revisão periódica dos critérios de
132 alocação de recursos. Reiterou-se que essas medidas visam garantir transparência,
133 evitar sobrecargas orçamentárias e assegurar sustentabilidade financeira no longo

134 prazo. O Sr. Antônio Martins Borges Neto - ABRAPCH levantou uma questão sobre
135 o processo de seleção de projetos a serem encaminhados à instituição gestora.
136 Indagou se a escolha ocorreria no âmbito do comitê, mediante a criação de um fórum
137 técnico para análise e deliberação. O Sr. João Ricardo Raiser -SEMAD esclareceu
138 que o processo de seleção de projetos será conduzido por meio de editais públicos,
139 garantindo transparência e participação democrática. Explicou que as decisões sobre
140 os projetos serão tomadas pelos membros do comitê, com base nas diretrizes do
141 Plano de Aplicação Plurianual, que estabelece áreas prioritárias como saneamento
142 básico e recuperação ambiental. No entanto, evidenciou que, nesta fase, o plano não
143 define projetos específicos, mas sim diretrizes gerais que serão operacionalizadas
144 pela entidade gestora. Comunicou que a operacionalização poderá ocorrer por meio
145 da execução direta de projetos, contratação de empresas especializadas ou
146 lançamento de novos editais, conforme a necessidade e a viabilidade técnica e
147 financeira. O Sr. José Márcio Margonari Borges - Rotary Club de Itumbiara destacou
148 que a entidade delegatária deve atuar como apoio técnico ao comitê, realizando
149 estudos e análises, sem interferir na autonomia decisória do colegiado. Como
150 exemplo, citou o Comitê do Paranaíba, onde, durante uma crise hídrica, o colegiado
151 deliberou sobre a alocação de recursos, cabendo à entidade apenas a
152 operacionalização das diretrizes aprovadas. Salientou o caráter voluntário e
153 independente dos membros do comitê e defendeu a contratação de assessoria
154 técnica especializada para embasar decisões complexas. Reconheceu que dúvidas
155 podem surgir ao longo do processo, mas reiterou confiança no modelo proposto e na
156 seleção criteriosa da entidade, assegurando decisões alinhadas aos interesses
157 coletivos e à preservação da autonomia institucional. Concluiu que, a construção
158 conjunta e o diálogo técnico são alicerces indispensáveis para o avanço democrático
159 das decisões. O Sr. Paulo Henrique de Almeida - SANEAGO reconheceu os avanços
160 da equipe do SEMAD na gestão da Bacia Hidrográfica do Meia Ponte, especialmente
161 a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual (PAP), que servirá de base para as
162 primeiras decisões sobre a arrecadação na bacia. Evidenciou que a definição de
163 linhas de atuação claras no plano trouxe segurança ao processo, superando
164 preocupações iniciais sobre a criação do fundo. No entanto, apontou um desafio
165 crítico: a legislação atual não prevê sanções para usuários que não pagarem a tarifa
166 pelo uso da água. Como membro do CBH do Meia Ponte, defendeu a criação urgente
167 de mecanismos legais para coibir a inadimplência, citando o exemplo de Minas

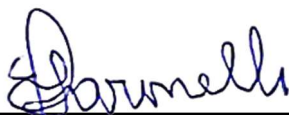
168 Gerais, onde altos índices de inadimplência comprometem a arrecadação.
169 Argumentou que a legislação de Goiás precisa ser alterada para incluir sanções,
170 garantindo recursos financeiros suficientes para a gestão hídrica. O Sr. Antônio
171 Pasqualetto - PUC GOIÁS parabenizou a equipe da SEMAD pela elaboração do
172 Plano de Aplicação Plurianual (PAP) e solicitou acesso à planilha detalhada para
173 analisar os critérios de aplicação dos recursos. Apontou uma distribuição desigual
174 entre ações estratégicas e custos administrativos, defendendo a priorização de
175 investimentos em projetos estruturantes de gestão hídrica. Além disso, questionou a
176 clareza de alguns termos do plano e sugeriu ajustes na redação para evitar
177 interpretações equivocadas sobre a destinação dos recursos. Concluiu expressando
178 confiança na eficácia do planejamento e destacou que a organização metodológica
179 e os aprimoramentos contínuos do PAP fortalecerão a governança hídrica em Goiás.
180 Em resposta, o Sr. Alan Tonin - SEMAD esclareceu que os valores do planejamento
181 estão alinhados à legislação vigente. Sobre a terminologia, concordou com as
182 sugestões de ajustes, desde que haja consenso entre os comitês estaduais para
183 manter a padronização. Como solução prática, propôs a inclusão de notas
184 explicativas na planilha, detalhando a finalidade de cada rubrica, para ampliar a
185 transparência. Quanto aos percentuais destinados à entidade delegatária, informou
186 que esses valores são previstos contratualmente. O Sr. Augusto César Campos de
187 Sousa Machado - ECBRASIL iniciou sua fala parabenizando a equipe pelo trabalho
188 desenvolvido e destacou a necessidade de monitorar a efetividade das ações do
189 plano trienal, com revisões anuais para ajustes pontuais. Questionou como será feita
190 a fiscalização da execução das ações pela entidade delegatária. O Sr. João Ricardo
191 Raiser - SEMAD explicou que o comitê fará o acompanhamento ativo do
192 desempenho da entidade selecionada, com transparência e avaliação contínua das
193 ações. Reforçou que o envolvimento permanente dos membros do colegiado será
194 essencial para monitorar o progresso, avaliar os resultados, revisar e atualizar o
195 planejamento plurianual, adaptando-o às demandas identificadas durante a
196 execução. O Sr. Mário César Guerino - SANEAGO parabenizou a equipe da SEMAD
197 e o Sr. Alan Tonin pela apresentação detalhada do Plano de Aplicação Plurianual
198 (PAP). Como contribuição, sugeriu a inclusão de uma coluna com percentuais na
199 planilha de acompanhamento, para facilitar a análise comparativa dos dados durante
200 as discussões. Manifestou preocupação com os custos fixos de manutenção do
201 comitê, alertando que cenários de queda na arrecadação ou alta inadimplência

202 podem comprometer projetos prioritários, caso não haja flexibilidade orçamentária.
203 Destacou que o saldo acumulado previsto é uma projeção sujeita a variações e
204 defendeu um planejamento flexível, com foco na agenda setorial da bacia, essencial
205 para avanços concretos. O Sr. Alan Tonin - SEMAD concordou com a priorização da
206 agenda setorial, destacando que essas ações têm o maior impacto positivo na
207 qualidade da água da bacia. Explicou que, embora o monitoramento seja
208 fundamental, as iniciativas setoriais geram resultados imediatos e tangíveis.
209 Complementou que o planejamento financeiro será aprimorado progressivamente,
210 incorporando lições aprendidas durante a execução, o que garantirá maior eficiência
211 e adaptação às demandas futuras. O Sr. Aurélio Miranda-IRRIGO parabenizou a
212 SEMAD pelo trabalho realizado e destacou a importância de compreender
213 detalhadamente os dados apresentados. Questionou a metodologia dos cálculos
214 financeiros, apontando discrepâncias nos percentuais e valores divulgados, e
215 solicitou esclarecimentos sobre a distribuição de recursos à entidade gestora
216 delegatária, os critérios de contingenciamento e a destinação de saldos não
217 utilizados. Em resposta, o Sr. Alan Tonin - SEMAD esclareceu que os valores retidos
218 em caixa serão integralmente aplicados em ações futuras, ampliando os recursos
219 disponíveis para a bacia. Informou que a regra de contingenciamento já foi aprovada
220 pelo comitê e aguarda deliberação final do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
221 (CERHi). Destacou que o modelo do fundo em Goiás difere de outros estados, pois
222 não prevê contingenciamento de recursos e explicou que eventuais saldos não
223 utilizados permanecerão na conta para aplicação no ano seguinte, sem retorno ao
224 caixa único do Estado. O Sr. Henrique Luiz de Araújo Costa -SENGE questionou
225 sobre o perfil dos usuários sujeitos à cobrança e as projeções de arrecadação para
226 cada categoria. O Sr. Alan Tonin -SEMAD respondeu que um estudo técnico
227 detalhado sobre a arrecadação estimada foi elaborado, mas não foi incluído na
228 apresentação inicial. Esclareceu que o documento poderá ser submetido ao comitê
229 em momento oportuno e destacou que o setor de saneamento é o maior contribuinte
230 individual da bacia, responsável por 50% do total arrecadado, enquanto os demais
231 valores são distribuídos entre os setores industrial e agrícola. O Sr. Alan Tonin -
232 SEMAD comprometeu-se a incluir os percentuais na planilha de acompanhamento
233 do PAP, atendendo à solicitação do Sr. Mário César Guerino - SANEAGO. Além
234 disso, propôs um ajuste no valor de investimento em monitoramento no primeiro ano,
235 como forma de solucionar o conflito entre a remuneração da instituição gestora e o

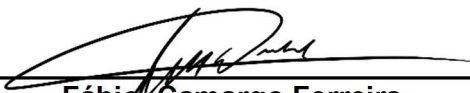
236 valor aplicado em ações prioritárias. A Presidente parabenizou a equipe da SEMAD,
237 em especial o Sr. Alan Tonin, pela apresentação clara e didática do Plano de
238 Aplicação Plurianual (PAP), destacou a qualidade do material e a forma como as
239 dúvidas foram esclarecidas, o que facilitou o entendimento de todos os presentes.
240 Colocou em votação o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) para o período de 2025
241 a 2027, que foi aprovado por unanimidade, com um total de 25 votos favoráveis e
242 nenhuma abstenção ou voto contrário. Reforçou a importância do alinhamento entre
243 as ações propostas e as necessidades da bacia, destacando o compromisso de
244 todos com a gestão sustentável dos recursos hídricos. **Item 4. Apresentação e**
245 **Deliberação da Agenda de Reuniões do CBH Meia Ponte para 2025.** A Presidente
246 apresentou a proposta da agenda de reuniões para 2025, ressaltou que as datas
247 estão sujeitas a alterações e solicitou sugestões dos membros presentes para
248 ajustes, caso necessário. Considerou-se a necessidade de remarcar algumas
249 reuniões para evitar conflitos com eventos importantes, como a Semana do Meio
250 Ambiente, visando garantir a participação de todos os envolvidos. Além disso, foi
251 levantada a questão das reuniões itinerantes, que são frequentemente solicitadas.
252 **Item 6. Informes:** O Sr. Marcos Francisco Cabral - Instituto Altair Sales informou que
253 a secretaria executiva enviará, pelo WhatsApp, o livro sobre pagamento por serviços
254 ambientais (PSA), tema relevante para o CBH Meia Ponte. Destacou a importância
255 do PSA como instrumento econômico e a necessidade de integrá-lo ao planejamento
256 da bacia. A Sra. Maria Minervina de Barros Vaz - Prefeitura Municipal de Pontalina
257 informou sobre a formalização de um convênio com o Tribunal Regional do Trabalho
258 (TRT) para a recuperação de passivos ambientais na bacia do Rio Meia Ponte.
259 Explicou que o projeto inicial prevê ações de plantio e recuperação em áreas
260 degradadas, com recursos já disponíveis e gerenciados pela Secretaria de Meio
261 Ambiente do município. Outros tribunais já manifestaram interesse em aderir à
262 iniciativa, e há planos para expandir o projeto para outros municípios da bacia.
263 Agradeceu o apoio do presidente do TRT, que tem sido fundamental para o avanço
264 das ações. O Sr. José Márcio Margonari Borges - Rotary Club de Itumbiara sugeriu
265 que todos os membros do comitê e os órgãos representados se mobilizem em
266 relação à COP 30, que será realizada no Brasil, em Belém, de 10 a 21 de novembro
267 de 2025. Destacou que o evento terá uma agenda global e será uma oportunidade
268 para buscar financiamento e parcerias. Propôs a elaboração de conteúdos e a
269 criação de um grupo de trabalho para preparar estratégias que possam ser

270 apresentadas na COP, aproveitando os estudos e expertise dos membros do comitê,
271 incluindo setor público, sociedade civil, academia e empresas. Além disso, convidou
272 a todos para a Terceira Expedição Científica no Rio Meia Ponte, prevista para ocorrer
273 de 20 a 22 de março de 2025. Informou que o evento, organizado em parceria com
274 diversas instituições, tem como objetivo a realização de estudos e ações de
275 conservação na bacia do Rio Meia Ponte. A expedição incluirá trabalhos no leito do
276 rio, margens e afluentes, com a produção de relatórios e propostas para solucionar
277 problemas ambientais. Ressaltou que a expedição não tem caráter crítico, mas sim
278 de colaboração, visando ajudar a resolver os desafios da bacia. Estendeu o convite
279 a todos os membros do comitê, com a abertura dos trabalhos marcada para o dia 20
280 de março, na Vila Roriz, local de encontro dos rios Botafogo, Anicuns e Meia Ponte.
281 O Sr. João Ricardo informou que o Comitê da Bacia do Rio Paranaíba destinou
282 aproximadamente R\$ 1 milhão para a instalação de 42 estações hidrológicas e
283 meteorológicas no Estado de Goiás, sendo 17 delas na Bacia do Rio Meia Ponte.
284 Esclareceu que a SEMAD (Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento
285 Sustentável) adquiriu essas estações, totalizando um investimento de cerca de R\$ 4
286 milhões, dos quais R\$ 600 mil foram aplicados especificamente na Bacia do Meia
287 Ponte. Destacou que a distribuição das estações seguiu critérios técnicos definidos
288 pelo CIMEHGO (Centro Integrado de Monitoramento e Operações Hidrológicas de
289 Goiás), considerando aspectos climatológicos e hidrológicos. As estações estão
290 localizadas nos municípios de Abadia de Goiás, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Bela
291 Vista de Goiás, Brazabrantes, Goianápolis, Goiânia, Goiatuba, Itauçu, Morrinhos,
292 Cocalzinho de Goiás, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade.
293 Acrescentou que a SEMAD, por meio de recursos do Pró-Comitê, viabiliza a
294 participação de membros do Comitê no Encontro Nacional de Comitês de Bacia
295 (ENCOB), previsto para a primeira quinzena de agosto, em Vitória, Espírito Santo.
296 Por fim, informou que o Comitê da Bacia do Rio Paranaíba (CBH Paranaíba), em
297 articulação com a FAEG (Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás) e os
298 sindicatos rurais da bacia, implantará um projeto de fossas sépticas na região das
299 nascentes do Rio Meia Ponte. Explicou que a iniciativa seguirá o modelo já
300 implementado em Cristalina. Sublinhou que o investimento previsto é de cerca de
301 R\$1 milhão, com recursos provenientes da cobrança pelo uso da água do CBH
302 Paranaíba. A presidente destacou a importância de incluir na próxima pauta a
303 questão da alocação negociada de água, uma vez que o ano já começou e é

304 essencial discutir o tema com antecedência. Sugeriu que a SEMAD (Secretaria de
305 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) pudesse colaborar com informações
306 detalhadas sobre o assunto, a serem apresentadas na próxima reunião, de modo a
307 enriquecer o debate e embasar as decisões do comitê. Além disso, abordou a
308 demanda por outorgas na Bacia do Meia Ponte, reconhecendo que muitas empresas
309 têm enfrentado dificuldades para obter autorizações desde que foi definido que não
310 seriam liberadas novas outorgas. Pontuou que diversas mudanças ocorreram desde
311 então e propôs que a SEMAD apresentasse um estudo atualizado sobre a situação
312 das outorgas na bacia. Esse estudo poderia servir como base para uma revisão das
313 políticas atuais, sempre considerando o equilíbrio entre o desenvolvimento
314 econômico e a sustentabilidade dos recursos hídricos. O Sr. Marcos Cabral -
315 salientou a importância de obter informações tanto sobre a água superficial quanto a
316 subterrânea, especialmente em relação à situação do lençol freático na região
317 metropolitana de Goiânia. Destacou que era uma realidade urgente, que tem
318 passado despercebida por muitos, mas que já está impactando o abastecimento.
319 Enfatizou a necessidade de ter dados concretos para embasar ações e decisões,
320 uma vez que, atualmente, não há resultados suficientes para trabalhar de forma
321 eficiente. Antes de encerrar a reunião, a Sra. Elaine Farinelli - Presidente CBH Meia
322 Ponte lembrou a todos sobre a escolha do cargo de Subsecretária Adjunta, que está
323 em aberto. Solicitou que os interessados se organizem e se preparem para a
324 votação, que será realizada na próxima reunião. Agradeceu a participação de todos,
325 enfatizou a produtividade da reunião e reforçou a importância do trabalho coletivo e
326 do engajamento dos membros. **Item 7. Encerramento:** Nada mais a tratar, a Sra.
327 Elaine Lopes Noronha Farinelli - Presidente CBH Meia Ponte encerrou a reunião.
328 Eu, Patrícia Sueli Côrtes de Oliveira, colaboradora da Secretaria Executiva, lavrei
329 essa ata que, após aprovada, segue assinada pelo Presidente e Secretário
330 Executivo.



Elaine Lopes Noronha Farinelli
Presidente



Fábio Camargo Ferreira
Secretário Executivo

Anexo I

Lista de Presença (Titulares e Suplentes) do CBH Meia Ponte

Nº	Entidade	Representante
1	SEMAD	Alan Mosele Tonin
2	SEMAD	Carolina Mundim de Souza M. dos San
3	SEMAD	João Ricardo Raiser
4	SEMAD	Pedro Paulo Alves Godoi
5	SEMAD	Marcos Aurélio Gomes Antunes
6	SEAPA	Stella Miranda Menezes
7	Prefeitura Municipal de Anápolis	Thiago de Freitas Vitorino
8	Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia	Fábio Camargo Ferreira
9	Prefeitura Municipal de Goiânia	Pedro Henrique Baima
10	Prefeitura Municipal de Pontalina	Maria Minervina de Barros Vaz
11	Prefeitura Municipal de Ituaçu	Willian Miquelino França
12	Prefeitura Municipal de Itumbiara	Núbia Maria Gomes
13	SANEAGO	Camila Dantas Lucio Roncato
14	SANEAGO	Mário César Guerino
15	SANEAGO	Paulo Henrique de Almeida
16	SANEAGO	Lúcia Helena Santos Pinheiro
17	SECOVI	Raphael Gualberto
18	FIEG	Elaine Lopes Farinelli
19	CORGILL AGRÍCOLA S.A	Eli Cardoso Lessa
20	SIFAEG	Luciano Jaime Peixoto
21	Cifarma Científica Farmacêutica LTDA.	Danielly Albery Pereira de Araújo
22	FAEG	Thiago Castro de Oliveira
23	IRRIGO	Aurélio Alves Miranda
24	ECBRASIL	Augusto César Campos de Sousa Machado
25	ABRAPHC	Antônio Martins Borges Neto
26	CELPAR	Daniel Augusto Ribeiro
27	SENGE	Henrique Luiz de Araújo Costa

28	PUC GOIÁS	Antônio Pasqualetto
29	ABES GOIÁS	José Vicente Granato de Araújo
30	Instituto Altair Sales	Marcos Francisco Cabral
31	SENAI	Luiz Fernando de Oliveira
32	Rotary Club de Itumbiara	José Márcio Margonari Borges
33	MPGO	Daniela Haun de Araújo Serafim

Anexo II

Lista de Presença (Convidados) do CBH Meia Ponte

	Entidade	Representante
1	Secretaria Executiva/Completa	Phelipe Henrique Cassimiro Cunha
2	MPGO	Juber Henrique Amaral
3	MPGO	Suelena Carneiro C.F. Jayme
4	SEMAD	Ana Luiza Duarte de Abreu
5	AMMAI	Letícia M. de Menezes
6	JAPEL	Eduardo Aires Batista
7	Nascente Ambiental	Renan Avila
8	Cifarma	Hellayne Moreira

Registro Fotográfico

